

LIMA, Maria Antónia Pedroso de. 2003. *Grandes Famílias, Grandes Empresas*. Col. Portugal de Perto. Lisboa: Dom Quixote. 342 pp. I.S.B.N.: 972-20-2339-X.

Álvaro Campelo
CEAA | UFP

O trabalho de Maria Antónia Pedroso de Lima, resultado da sua tese de doutoramento, é, paradoxalmente, para a antropologia portuguesa, um sinal de rejuvenescimento e de maturação. Estamos perante um trabalho que, versando uma «elite» económica e social do Portugal contemporâneo através de «histórias de famílias», percorre alguns dos temas clássicos da antropologia, alguns dos quais pareciam ultrapassados ou pouco ajustados a uma antropologia das sociedades contemporâneas ocidentais, como seja, por exemplo, o caso do parentesco. Munida dos utensílios que definiram o âmbito próprio da antropologia entre as ciências sociais, a autora leva a bom termo os riscos corridos com essa técnica de aproximação ao objecto de estudo, questionando inclusive a situação precária e, agora, «original», do antropólogo entre elites, fora do contexto de ser ele o representante de um «saber» conquistador ou dono de um *status* superior, como acontecia nos contextos mais tradicionais de trabalho antropológico.

Estudar elites parece ser, logo desde o início, um problema teórico (para além do metodológico, a nosso ver magistralmente dominado pela autora), dada a variedade de concepções existentes sobre o significado de elite. Situando a sua concepção de elite dentro de um «contexto social», M. A. de Lima define o contextos de elite como «situações de superioridade social». A pluralidade de afirmação dessas situações, as combinações e estratégias para se manterem, a multifacetada e desigual maneira de as dominar e expressar, a diferenciação de consciência sobre as mesmas, e a necessidade de um espaço de aceitação e de construção, paralelo a outro onde o significado manifesto é de presença

e de distância, através de uma mitologia do ausente, demonstra a riqueza deste objecto de estudo. Provavelmente, a abordagem antropológica – mesmo que seja rara, segundo a autora, e, por isso, impeditiva de se fazer uma avalizada análise comparativa – é a que melhor pode evidenciar estas margens de sentido, pois no tema das elites económicas a sociologia tende a seguir as problemáticas da ciência económica.

Selecionou a autora sete famílias às quais estão associados sete grupos económicos. Estas famílias, residentes em Lisboa, são das mais prestigiadas entre aqueles que detêm «empresas familiares» e destacam-se ainda por estarem há mais de três gerações à frente dos destinos de empresas de grande importância nacional e, algumas, internacional. Na introdução que faz ao livro, João Pina de Cabral reflecte sobre o poder que estas elites detêm, e as consequências que esse poder poderá ter ou não nas sociedades contemporâneas que afirmam no seu pendor democrático os valores da igualdade e da livre escolha dos que exercem o poder. Ao longo do trabalho de M. A. de Lima apercebemo-nos na subtilidade da sua análise o quão infundados estes temores são, na medida em que estas elites familiares e empresariais jogam internamente complexas formas de manutenção da sua identidade familiar, ao mesmo tempo que estão dependentes de referências políticas que lhes são externas, mesmo que em alguns momentos as influenciem (por exemplo durante o Estado Novo), para além de se situarem como uma elite entre outras elites de poder, algumas delas mais poderosas ao nível de controlo da opinião pública.

Ao longo dos seis capítulos que compõem o livro, um dado se vai evidenciando de tal forma que obriga a análise singular em capítulo próprio: a questão do género! Ele manifesta-se nos temas e espaços principais: herança, situação dentro da «casa» e na direcção da empresa, espaços de contacto com a antropóloga (empresa ou casa familiar), grau de proximidade desse contacto (profissional ou íntimo), temas relatados nas respectivas «histórias de família» (a história da empresa ou as estórias da família). Esta distribuição de tarefas, se num primeiro momento não deixa transparecer senão as regras do patriarcado, num segundo momento é possível entrever algumas *nuanças* entre os papéis atribuídos e os consentidos. Parece-nos que a autora privilegiou uma resolução positiva entre os dois. Seria interessante analisar as afirmações de discordância a este modelo, que pensamos também estarem

presentes, tendo em conta os valores da actual sociedade portuguesa (por exemplo, como reagiram as filhas de João Pedro à alienação de uma valiosa propriedade imobiliária à empresa gerida e maioritariamente detida pelos irmãos [p. 213] ?). Outra questão que se podia colocar era: se é verdade que o nome da família é um valor simbólico, que mesmo os que não detêm acções da empresa o usam para partilharem de um estatuto privilegiado, não será também verdade que esse nome da família obrigará alguns dos seus membros a certos constrangimentos e à abdicção de estratégias de vida que gostariam de assumir? É certo que a autora fala de alguns destes constrangimentos e abdições (veja-se o caso do divórcio de João – família Espírito Santo –, e a do genro do fundador desta família, no caso da sua carreira militar). Mas isto são factos sobre os quais o trabalho de campo acrescenta pouco desenvolvimento.

Estamos perante um trabalho rigoroso, que para além de ser um exemplo de como se faz antropologia, é ainda uma lição de economia, quem diria, sobre o Portugal do século vinte. Reparámos, contudo, e em nada manchando a profundidade do estudo, muitas citações de Bourdieu a propósito e justas, mas também demasiadas a despropósito. Um trabalho a ler e que ficará para a história da antropologia portuguesa.